



Plenário pode votar pré-sal para petrolíferas privadas

Também está na pauta projeto que altera a forma com que estados, DF e municípios calculam as despesas com pessoal. Objetivo é não ferir Lei de Responsabilidade Fiscal

O Senado pode analisar amanhã projeto que autoriza a Petrobras a transferir para empresas privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal da Bacia de Santos (SP). A empresa brasileira foi autorizada a explorar na área 5 bilhões de barris de óleo bruto por meio de cessão onerosa.

Outra proposta que pode ser analisada é o projeto que altera a forma como municípios, estados e Distrito Federal calculam despesas com pessoal. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina hoje que os gastos não podem ultrapassar 60% da receita corrente líquida de cada ente federativo. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado — 7/11/2018

Plenário deve votar texto que permite à Petrobras transferir para empresas privadas parte de seus direitos de exploração do petróleo do pré-sal na Bacia de Santos

Comissão debaterá discriminação contra a mulher **3**

Projeto cria seguro de um salário mínimo a artesão **4**

Multa ambiental será destinada a arborização **2**

Programa sobre a Constituição ouve Paulo Paim **2**

Colegiado vai analisar descarte correto de óleo de cozinha

Projeto que deve ser votado amanhã na Comissão de Meio Ambiente estabelece formas ambientalmente adequadas para descarte do óleo de cozinha e outras gorduras de uso culinário. **3**

Comissão de MP que posterga reajustes deve ser instalada

O reajuste de diversas carreiras do serviço público é adiado por um ano pela MP 849/2018. A instalação da comissão responsável por analisar o texto está prevista para hoje. **2**

Publicada com vetos lei sobre renegociação de dívidas rurais

A lei que institui o Programa de Regularização Tributária Rural, que prevê a renegociação de dívidas de produtores rurais, foi publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*. Entre dispositivos vetados, está o aumento para 100% de desconto de multas e encargos com o Funrural. **2**



Aloneis Pereira/Secom

A nova lei estabelece critérios para que produtores rurais renegociem dívidas



Trecho da BR-040 em Petrópolis (RJ) é uma das obras analisadas pelo TCU

TCU recomenda ao Congresso paralisação de 10 obras em 2019

O Tribunal de Contas da União apresentou ao Congresso uma lista de dez obras com indícios de irregularidades graves que não deverão receber recursos orçamentários no ano que vem. A relação será analisada agora por um comitê de avaliação. **4**

O Brasil em construção

Exposição comemorativa dos 30 anos da Constituição Cidadã

de 22 de outubro a 16 de dezembro
Salão Negro do Congresso Nacional
Mais informações: cn.leg.br/visite



Comissão da MP que adia reajustes será instalada hoje

Medida prevê que salários de servidores de diversas carreiras só serão corrigidos em janeiro de 2020. Na reunião, colegiado deverá escolher presidente e relator para o texto, que já recebeu 123 emendas

SERÁ INSTALADA HOJE a comissão mista para análise da medida provisória que adia por um ano o reajuste de diversas carreiras do serviço público. Editada em 1º de setembro, a MP 849/2018 determina que servidores do Banco Central, da Polícia Federal e da Receita Federal, assim como médicos, professores e diplomatas, somente receberão os 4,5% de reajuste previstos na Lei 13.302, de 2016, em janeiro de 2020. A MP também cancela alguns aumentos em forma de adicional ou gratificação.

A comissão, que deve eleger presidente e relator na reunião de instalação, já recebeu 123 emendas de deputados e senadores que pedem a rejeição parcial ou total do texto.

Na mensagem enviada ao Congresso, o ministro do Planejamento, Esteves Pedro



Servidores da Receita estão entre os que tiveram reajuste adiado pela MP

Colnago Junior, informa que a MP alcança 209 mil servidores civis ativos e 163 mil inativos. Segundo ele, a economia prevista para 2019 será de R\$ 4,7 bilhões, “representando uma contribuição expressiva para a readequação dos gastos públicos”.

O ministro afirma que os ajustes acordados com os

servidores em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, levavam em conta uma inflação sempre acima de 5% ao ano. No entanto, “atualmente este índice acumula alta de 4,39% nos últimos 12 meses até junho de 2018”, o que justificaria a suspensão dos reajustes previamente acertados.

Renegociação de dívidas rurais é publicada com vetos

Foi sancionada com vetos a lei instituindo o Programa de Regularização Tributária Rural, que prevê a renegociação das dívidas de produtores rurais. A Lei 13.729 foi publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

O texto tem origem na Medida Provisória 842/2018, aprovada no dia 16 no Senado.

Segundo o Poder Executivo, da forma como foi aprovado

pelo Congresso, o texto poderia resultar em uma renúncia fiscal de R\$ 17 bilhões.

Após ouvir os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, o presidente da República, Michel Temer, vetou 24 dispositivos do texto enviado pelo Congresso. Entre os vetos, está o aumento de 25% para 100% de desconto das multas e encargos sobre os débitos acumulados com o Funrural.

Temer argumentou que esse e outros vetos se deram porque trechos do projeto de lei estavam em desacordo com o ajuste fiscal proposto pelo governo.

“Os dispositivos representam sobrelevação de custo fiscal imputado ao Tesouro Nacional, sem previsão na lei orçamentária”, afirma Temer na justificativa.

Com Agência Brasil

Parte de multa ambiental irá para arborização

Um décimo do valor das multas por descumprimento da legislação ambiental será destinado à arborização urbana e à recuperação de áreas degradadas. É o que prevê a Lei 13.731, sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, e publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

A nova lei tem origem no PLC 188/2015, aprovado no

Senado em 16 de outubro.

O dinheiro deve ser aplicado no município onde ocorreu a infração ou o crime ambiental. A aplicação do recurso vai atender a critérios a serem definidos por regulamentação posterior.

No texto enviado à sanção estava prevista também a destinação de recursos vindos de taxa cobrada antecipadamente referente a poda e corte de

árvores, nos casos em que a poda depender de autorização de órgão ambiental integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). O mecanismo foi vetado por Temer.

De acordo com a justificativa para o veto, o dispositivo viola o princípio da autonomia dos entes federados, estabelecido na Constituição, e o princípio da legalidade tributária.

Paim fala sobre votação do direito de greve na Constituinte

No penúltimo episódio da série “Testemunha da História”, já disponível no canal da TV Senado no YouTube, o senador Paulo Paim (PT-RS) narra um dos momentos mais polêmicos do período da Constituinte, que foi a votação do direito de greve.

A falta de entendimento, o conflito de interesses e as várias negociações marcaram a memória do senador sobre o processo que ampliou os direitos trabalhistas na Constituição de 88.

A série “Testemunha da História” estreou em agosto

no *Senado Notícias Revista*. Cada episódio mostra uma história contada por um personagem que acompanhou as mais importantes decisões e reviravoltas políticas que aconteceram no Congresso no período da Constituinte.

O último episódio da série, que vai ao ar na sexta-feira, será com a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), uma das quatro deputadas constituintes que atualmente ocupam cadeiras no Parlamento.

“Testemunha da História”
<http://bit.ly/TestemunhaHistoria>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA
TERÇA
QUARTA

CDH Jornada de psicólogos

9h Audiência para discutir jornada de trabalho de psicólogos.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

MP 849/2018 Adiantamento de reajuste

14h30 Eleição de presidente e vice.

CI Investimento em transporte

9h Análise de texto que determina que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos.

CAE Remédio para hepatite C

10h Audiência com o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, sobre a concessão da patente ao medicamento Sofosbuvir. Às 11h30, pauta de 12 itens.

CDH Mulheres e direitos humanos

10h Audiência pública para debater situação da mulher sob a ótica dos direitos humanos.

CRA Compra de leite

11h Proposta que aumenta limite mínimo em programa de compra de leite é um dos 9 itens.

CE Resultados do Ideb

11h30 Análise de projeto que obriga escolas públicas a exibir em placa visível resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

CMA Consumo de água

11h30 Proposta que aumenta prazo para que conste em embalagens alerta sobre consumo responsável de água é um dos 10 itens.

MP 851/2018 Fundos patrimoniais

14h Audiência pública.

CMO Ministro do Planejamento

14h30 Reunião deliberativa. Às 16h, audiência com o ministro do Planejamento, Esteves Colnago.

MP 852/2018 Imóveis do INSS

14h30 Audiência pública.

CONGRESSO Sessão conjunta

14h Créditos orçamentários e destaques de vetos.

CDR Zona Franca Verde

9h Na pauta de 7 itens, texto sobre isenção de imposto para a Zona Franca Verde.

MP 851/2018 Fundos patrimoniais

9h/14h30 Audiências públicas.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvío Burle

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Pré-sal para petroleiras privadas está na pauta

Projetos sobre despesas de municípios, estados e DF com pessoal, inelegibilidade de políticos por abuso de poder e pagamento de precatórios também podem ser votados

O PLENÁRIO PODE votar amanhã o projeto de lei da Câmara que permite à Petrobras transferir a empresas privadas até 70% dos seus direitos de exploração do petróleo do pré-sal da Bacia de Santos (SP), área em que a petroleira brasileira foi autorizada a explorar 5 bilhões de barris de óleo bruto por meio de cessão onerosa.

A Câmara aprovou o PLC 78/2018 em julho. No Senado, a proposta foi distribuída às Comissões de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Requerimento de urgência aprovado na quarta-feira levou a votação direto ao Plenário.

LRF

Outro item que pode ser analisado é o projeto de lei do Senado que muda a forma como municípios, estados e Distrito Federal devem calcular as despesas com pessoal (PLS 334/2017). A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que esses gastos devem corresponder a 60% da receita corrente líquida (RCL) de cada ente.



Campo petrolífero na Bacia de Santos: pelo texto, Petrobras pode vender até 70% dos direitos de explorar área

O projeto, de Dalirio Beber (PSDB-SC), mantém o mesmo percentual, mas deixa de fora da RCL as receitas obtidas com royalties pela exploração de petróleo, gás natural e outros recursos minerais. O relator na CAE, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), é favorável.

Ficha Limpa

O Plenário pode votar ainda o PLS 396/2017. O texto limita os efeitos da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010), que prevê oito anos

de inelegibilidade para políticos condenados pela Justiça Eleitoral por abuso de poder.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a pena pode ser imposta até mesmo a pessoas condenadas antes da entrada em vigor da Lei da Ficha Limpa. O texto, de Dalirio, acaba com essa possibilidade. Relator na CAE, Bezerra defende a aprovação.

Outra proposta que pode ser votada é o PLS 163/2018, de José Serra (PSDB-SP), que

facilita o pagamento de precatórios. A Emenda Constitucional 99, de 2017, permite que municípios, estados, Distrito Federal e União usem parcela maior dos depósitos judiciais para o pagamento desses débitos, mas o benefício esbarra em uma lei sancionada há dois anos para socorrer governos em crise financeira.

A Lei Complementar 156/2016 fixa um teto para o crescimento anual das despesas correntes dos estados e do Distrito Federal.

Na prática, esse limite acaba inviabilizando o pagamento de precatórios nos exercícios de 2018 e 2019 — mesmo que haja dinheiro de depósitos judiciais. O PLS 163/2018 deixa os precatórios fora do teto. O relator na CAE, Otto Alencar (PSD-BA), fez uma alteração no texto: a exclusão dos precatórios passa a ser opcional.

Acordos

Os senadores deverão apreciar ainda projetos de decreto legislativo sobre acordos internacionais, entre eles o PDS 9/2018, que trata de acordo firmado entre o Brasil e as ilhas caribenhas de Antígua e Barbuda sobre cooperação na área de defesa, e o PDS 28/2018, que aprova um tratado sobre serviços aéreos entre Brasil e Aruba, território autônomo dos Países Baixos no Caribe. O texto permite, por exemplo, que aeronaves de um país sobrevoem o território do outro e façam escalas para fins não comerciais ou mesmo para embarcar e desembarcar passageiros, bagagens, cargas e malas postais.

Projeto garante descarte correto do óleo de cozinha

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve analisar amanhã, às 11h30, projeto que estabelece o descarte ambientalmente adequado do óleo de cozinha. Hoje, esse resíduo costuma ser despejado no ralo da pia, o que leva ao entupimento de instalações sanitárias (as caixas de gordura, em especial) e as redes de esgoto.

— Óleo de cozinha jogado nas águas chega a contaminar em torno de até dez mil litros de água. Então, é uma política não muito difícil de fazer, e que vai contribuir para o meio ambiente — ponderou José Medeiros (Pode-MT), autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 75/2017.

A proposta altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010) para incluir o óleo de cozinha e demais gorduras de uso culi-

nário na lista de produtos do sistema de logística reversa. A intenção é repassar a responsabilidade pela coleta, pelo reaproveitamento e descarte correto desses materiais para os fabricantes. Hoje fabricantes de pneus, pilhas, baterias, lâmpadas e produtos químicos, entre outros, já têm responsabilidade definida no processo de logística reversa.

O relator do projeto, Cristovam Buarque (PPS-DF), recomendou a aprovação da medida. A iniciativa trará impactos positivos sobre a coleta e a reciclagem de óleos e gorduras comestíveis, acredita o senador, observando que o processamento ambientalmente adequado não chega a 5% do volume descartado.

Ele reconheceu a existência de algumas políticas de reciclagem de óleos e gorduras culinários tocadas no

país, seja por companhias de saneamento, órgãos ambientais ou organizações não governamentais, mas chamou a atenção para a necessidade de maior engajamento dos fabricantes nesse processo, de modo a tornar a reciclagem dessas substâncias mais sistemática e organizada.

Cristovam apresentou emendas para aprimorar a proposta prevendo a elaboração de estudos de impacto ambiental e econômico pelo poder público, em parceria com o setor empresarial, visando a identificação “das melhores relações entre viabilidade de implantação da logística reversa e ganhos ambientais”.

Por ser terminativo, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto será enviado, em seguida, à Câmara dos Deputados.

Ulysses Guimarães pode ser considerado Herói da Pátria

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve analisar amanhã proposta do Ministério da Cultura que inclui o nome do ex-presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* (PLC 39/2018).

A proposta tem relatório favorável de João Alberto Souza (MDB-MA).

“Nesta trajetória, um dos pontos altos foi o combate ao regime militar que se instalou em 1964. Ele foi incessante na luta contra os desmandos daquele período, e na defesa das liberdades civis e políticas. Também foi memorável o movimento pelas eleições diretas em 1984, quando inclusive passou a ser chamado pelo povo de Senhor Diretas.

O movimento cresceu muito e o regime militar chegou ao fim”, aponta o senador.

Com a redemocratização em 1985, Ulysses elegeu-se presidente da Assembleia Nacional Constituinte que redigiu a Constituição de 1988. Morreu no dia 12 de outubro de 1992, aos 76 anos, com a queda do helicóptero onde se encontrava no mar de Paraty (RJ).

O Ministério da Cultura destaca a participação de Ulysses na Constituinte, que resultou num texto marcado pelo “avanço dos direitos sociais e pela garantia dos direitos individuais. Ulysses foi um político marcado pela retidão e pela firmeza de propósitos, austeridade e caráter”.

Ao todo, a pauta da comissão tem 18 itens.

Discriminação contra a mulher será debatida na Comissão de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne amanhã, às 10h, para discutir a situação da mulher sob a ótica dos direitos humanos. Requerido pela presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), o debate foi motivado por “afirmações misóginas e machistas” que ocorreram durante o período

de campanha eleitoral deste ano.

No requerimento, a senadora explicou que essas afirmações “legitimam o tratamento diferenciado com salários menores para as mulheres” e isso tem sido repercutido e apoiado por parte da sociedade brasileira. “A luta histórica pela igual-

dade de direitos e oportunidades se encontra em um momento de confronto com ideias retrógradas e totalitárias. Quais as perspectivas dos movimentos de mulheres em sua diversidade frente a esta conjuntura” — questiona a presidente do colegiado no documento.

Foram convidadas para a

audiência a subsecretária de Segurança Pública do Piauí, Eugênia Villa, a ex-ministra da Secretária de Políticas para as Mulheres Eleonora Menicucci e as líderes indígenas Gilda Kaingang e Joênia Wapichana, que foi eleita deputada federal por Roraima e assume mandato na Câmara em fevereiro de 2019.



Audiência foi requerida por Regina, que preside a comissão

TCU recomenda paralisação de 10 obras em 2019

Custeados com recursos federais, empreendimentos apresentaram indícios de irregularidades graves. Comitê vai analisar a lista

O TRIBUNAL DE Contas da União (TCU) recomendou à Comissão Mista de Orçamento (CMO) que os contratos de dez obras custeadas no todo ou em parte com recursos federais tenham a execução paralisada no próximo ano por apresentarem indícios de irregularidades graves.

São empreendimentos flagrados pelas auditorias com indícios de superfaturamento, projetos deficientes e sobrepreço, entre outros problemas. O acórdão com a relação chegou na semana passada à comissão e será analisado agora pelo Comitê de Avaliação



Divulgação/BR225

Obras suspensas foram flagradas com indícios de irregularidades graves

ção das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades (COI).

Caberá ao comitê propor ou não a paralisação. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, Lei 13.707) estabelece a rotina a ser seguida para referendar ou não a posição do TCU, como a realização de audiência pública com

técnicos do tribunal e representantes dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos e análise do impacto socioeconômico da paralisação e do custo da desmobilização do canteiro de obras.

O relatório do comitê será votado na Comissão de Orçamento antes da apreciação do relatório final do projeto

da Lei Orçamentária de 2019 (PLN 27/2018).

As obras com indícios de irregularidades graves (IGP) comporão um dos anexos da Lei Orçamentária e os empreendimentos não poderão ser executados com recursos do Orçamento de 2019 enquanto não forem solucionadas as irregularidades apontadas pelo tribunal.

Obras anteriores

Dos dez empreendimentos, cinco já constam na Lei Orçamentária deste ano: a obra de travessia urbana nas BRs 235/407, em Juazeiro (BA), a implantação do BRT em Palmas, os trechos 1 e 2 do corredor de ônibus Radial Leste, na cidade de São Paulo, e a construção da BR-040, em Petrópolis (RJ).

Já o corredor de ônibus

Aricanduva, obra realizada na região sudeste da cidade de São Paulo, nunca havia entrado no radar do TCU. A fiscalização encontrou indícios de sobrepreço, restrição de competidores à licitação, critérios inadequados de habilitação e julgamento e problemas no projeto básico.

As demais obras questionadas já constaram de relatórios anteriores do TCU, mas o COI resolveu não incluí-las após ouvir os gestores dos empreendimentos, que se comprometeram a resolver os problemas. Entre elas, estão os Canais Adutores do Sertão Alagoano e Vertente Litorânea (PB). O tribunal decidiu manter a classificação IGP por entender que as medidas de correção não foram implementadas.

Com Agência Câmara

Comissão pode votar amanhã proposta que cria seguro de um salário mínimo para artesão

Projeto que garante aos artesãos a concessão de seguro-produção artesanal, no valor de um salário mínimo, poderá ser votado amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos. De acordo com o texto, o benefício será concedido durante o período em que as atividades

forem interrompidas por circunstâncias especiais, como evento severo da natureza e determinação legal ou normativa.

De Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o PLS 153/2015 estabelece que ficará a cargo do INSS receber e processar

pedidos para o benefício.

Também poderá ser votado o PLS 39/2017, de Alvaro Dias (Pode-PR), que facilita o licenciamento de tecnologias da Embrapa para os produtores. O projeto garante à Embrapa o recebimento de royalties pela exploração comercial das tec-

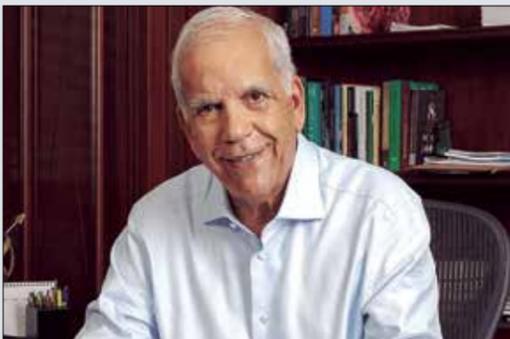
nologias, de produtos, espécies protegidas, serviços e direitos de uso da marca.

Está na pauta ainda o PLS 260/2017, de Roberto Rocha (PSDB-MA), que modifica as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social

de Energia Elétrica (TSEE). O programa dá descontos na conta de luz para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e para famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

ELEIÇÕES 2018

Oriovisto Guimarães (Pode-PR)



Arquivo Pessoal

Novo senador diz que não pretende ser "especialista"

Reformas e Paraná serão as prioridades de Oriovisto

Eleito com quase 3 milhões de votos, Oriovisto Guimarães vai dedicar seu mandato às reformas tributária, previdenciária e penal. Empresário da educação, ele inclui o setor em sua lista de prioridades, mas critica a figura do "senador especialista", já que, na sua avaliação, um bom parlamentar precisa "ter a visão do todo".

O futuro senador pede uma mudança na maneira de fazer política e defende o equilíbrio entre os Poderes. De acordo com Oriovisto, as necessidades de seu estado precisam estar acima de quaisquer divergências políticas.

— Vamos trabalhar unidos visando a resultados para o Paraná — declara.

Capitão Styvenson (Rede-RN)



Rede Sustentabilidade/Facebook

Policial militar coordenou ações da Lei Seca no RN

Capitão Styvenson vai se dedicar à segurança

Eleito em primeiro lugar no Rio Grande do Norte, o policial militar Capitão Styvenson afirma que as áreas de educação e segurança pública serão prioritárias em seu mandato.

Styvenson afirmou que melhores condições nas áreas de saúde, segurança pública e educação são anseios de todos os brasileiros.

Ele tornou-se conhecido quando, na condição de tenente da polícia militar, coordenou as blitzes da Lei Seca no estado até julho de 2016, mantendo uma postura de "tolerância zero", apreendendo carteiras de autoridades e até de colegas de farda por, entre outras condutas, recusarem-se a fazer o teste do bafômetro.

Sérgio Petecão (PSD-AC)



Roque de Sá/Agência Senado

Para o senador, cidades pobres precisam de recursos

Reeleito, Petecão quer verbas para ajudar o Acre

Levar mais recursos para os municípios do Acre e estimular a presença dos professores na sala de aula. Essas serão as prioridades de Sérgio Petecão, reeleito para um novo mandato a partir de 2019. O senador promete dar igual tratamento aos 22 municípios acrianos, independentemente do grupo político que comande a prefeitura.

— Vamos focar nosso mandato tentando ajudar a todos, através das emendas parlamentares. Nossas cidades são pobres e precisam muito das nossas emendas e, consequentemente, do governo federal. Nossa prioridade é fortalecer a relação com todos os prefeitos, independentemente de sigla partidária ou ideologia política.